

# ITC - INICIATIVA PARA TERRAS COMUNITÁRIAS

## Auditoria de Gênero

---

### Relatório Final

Natural Resources Institute, UK



Janeiro 2010

## Índice

Lista de Acrónimos .....	5
ITC – iniciativa de Terras Comunitárias .....	7
1.0. Contexto .....	7
1.1. Objectivos .....	7
1.2. Metodologia.....	7
1.3. Principais constatacoes e conclusoes .....	8
a) Género, terra e recursos naturais.....	8
b) Tipo de intervenção .....	9
c) Participação das mulheres nos projectos .....	10
d) Metodologias e abordagens utilizadas e percepções de género .....	12
e) Capacidades institucional da iTC .....	13
1.4. Oportunidades para a iTC fortificar as intrvencoes de genero.....	14
1.5. Resumo das constatações por cada província de intervenção da iTC .....	15
1.6. Principais Recomendacoes.....	18
Anexo 1: Contexto de Política Nacional.....	21
Anexo 2: Estrutura da iTC.....	26
Anexo 3: Termos de Referência sobre a Auditoria de Género .....	28
Anexo 4: Metodologia de trabalho .....	31
Anexo 5: Bibliografia .....	34

## **I. Resumo dos conteúdos do relatório**

A primeira parte do presente relatório consta de um extensivo resumo executivo caracterizado por principais constatações e recomendações referente a auditoria de gênero e biodiversidade, seguida de uma parte introdutória sobre o contexto político e institucional e local da abordagem de gênero e biodiversidade em Moçambique.

Em seguida o relatório apresenta as diferentes práticas de gênero e diversidade nas províncias de Gaza, Manica e Cabo Delgado, focalizando para os projectos da iTC, provedores de serviços, comunidades e respectivos beneficiários.

Na terceira parte o relatório apresenta as lições aprendidas do processo baseadas numa reflexão dos consultores e respectivas recomendações.

Finalmente, a última parte do relatório apresenta os anexos incluindo os estudos de caso das três províncias de intervenção do iTC, caracterizados por factos como resultado da intervenção dos projectos da iTC.

A equipa de consultores considera este trabalho de grande importância para qualquer programa de desenvolvimento em particular para os projectos ligados a terra e de outros recursos naturais onde a mulher é a protagonista do processo de gestão e utilização como os resultados da auditoria testemunham.

## **II. Alguns aspectos chaves abordados durante o trabalho de campo**

- políticas e estratégias nacionais quanto a integração de gênero e biodiversidade nos programas de terra e outros recursos naturais e desenvolvimento local;
- metodologia de implementação dos projectos da iTC e dos provedores de serviços e respectiva capacidade técnica;
- papel dos homens e das mulheres incluindo dentro dos projectos da iTC;
- acesso, controlo e tomada de decisão sobre a terra e outros recursos naturais e diferentes actividades no âmbito dos projectos da iTC;
- sucessos e constrangimentos na implementação das actividades dos projectos da iTC;
- Situação de segurança de posse de terras e de outros recursos naturais pelas comunidades;
- participação dos homens e das mulheres nos projectos da iTC desde da planificação, implementação, avaliação e monitoria;
- impacto da implementação dos projectos da iTC nas mulheres;
- necessidade das mulheres nos projectos da iTC, e
- necessidades de treinamento da iTC e provedores de serviço com vista a assistir melhor as mulheres.

## **III. Agradecimentos**

Este trabalho não seria possível sem a paciência e a especial atenção que as comunidades locais reservaram à equipa de consultoras nas suas missões de campo. A elas, aos homens e mulheres, aos jovens e adultos, alguns deles citados ao longo do presente relatório mas muitos deles anónimos, vão as nossas primeiras palavras de agradecimento.

Ao pessoal do projecto Iniciativa de Terras Comunitárias (ITC) nas províncias de Cabo-Delgado, Manica e Gaza, dedicou igualmente uma atenção especial a esta consultoria desde o momento da concepção e preparação do trabalho de campo e discussão dos seus resultados. A estes, em especial ao Coordenador Nacional, Dr. Joaquim Langa e aos gestores províncias, Eng. Ângelo Levi (Cabo-Delgado), Eng. Sérgio Ye (Manica) e Eng. Paulo Macoo (Gaza) as consultoras gostariam aqui de lhes retribuir com um especial agradecimento e reconhecimento pelo trabalho visível e de grande impacto que realizam junto das comunidades locais, segundo pudemos testemunhar durante o trabalho de campo.

A todos os nossos interlocutores junto dos serviços do Estado ligados à administração e gestão de terras e doutros recursos naturais e Organização não Governamentais em Cabo-Delgado, Manica e Gaza, em especial aos Senhores Administradores Distritais, Senhores Secretários Permanentes e representantes dos Provedores de Serviços com que tivemos a oportunidade de discutir a questão da integração de género nos programas de ITC e outros de desenvolvimento local das vão também os nossos agradecimentos.

Estendemos os nossos agradecimentos ao NRI e o líder da equipe do NRI, pelo seu apoio na organização do relatório e edição final.

As consultoras estão cientes da complexidade do tema sobre género e diversidade nos programas de desenvolvimento em especial nos projectos de terra e de outros recursos naturais. Neste contexto, a equipe de consultoras quer através deste relatório partilhar experiências e conhecimentos que irão desde já contribuir na melhor orientação das intervenções do ITC em Moçambique, particularmente nas províncias de Manica, Cabo Delgado e Gaza.

As Consultoras:  
Lora Forsythe &  
Catarina Chidiamassamba

## Lista de Acrónimos

ACOSADE	Associação Comunitária para Saúde e Desenvolvimento
AGRIPINA	Agrimensura Privada de Nampula
ABIODES	Ambiente, Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável
AKSM	Associação Kwaeza Simukaia de Manica (Associação para o Desenvolvimento Comunitário)
CGRN	Comitê de Gestão dos Recursos Naturais
CPA	Comitê Provincial de Avaliação
DFID	United Kingdom Department for International Development (Departamento do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional)
DNTF	Direcção Nacional de Terras e Floresta
DPA	Direcção Provincial de Agricultura
DPT	Direcção Provincial de Turismo
DRP	Diagnóstico Rápido Participativo
DUAT	Direito de Uso e Aproveitamento de Terra
ETD	Equipa Técnica Distrital
ETA	Equipa Técnica de Avaliação
ECO-MICAIA	Empresa para o Turismo e Desenvolvimento Comunitário
FFB	Floresta e Fauna Bravia
FT	Fórum Terra
FOCADE	Fórum das ONGs de Cabo Delgado
GLD	Grupo de Ligação Distrital
GCRN	Gestão Comunitária dos Recursos Naturais
ha	Hectare
IFLOMA	Indústrias Florestais de Manica
iTC	Iniciativa de Terras Comunitárias
KULIMA	Associação para o Desenvolvimento Comunitário LUPA Associação para o Desenvolvimento Comunitário
LDH	Liga dos Direitos Humanos
LOLE	Lei dos Órgãos Locais do Estado
MAGARIRO	Associação para o Desenvolvimento Comunitário
MCC	Millennium Challenge Corporation
MCRN	Manejo Comunitário dos Recursos Naturais
MICOA	Ministério para Coordenação da Acção Ambiental
MINAG	Ministério da Agricultura
MITUR	Ministério do Turismo
NRI	Natural Resources Institute, University of Greenwich, UK (Instituto dos Recursos Naturais, Reino Unido)
OSEO	Organização não Governamental Suíça para o Desenvolvimento
ONG	Organização Não Governamental
ORAM	Associação para Ajuda Mutua
PAMBERE	Associação para o Desenvolvimento Comunitário
PARPA	Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta
PNL	Parque Nacional do Limpopo
PNQ	Parque Nacional da Querimbas
PCIG	Projecto de Capacitação Institucional de Governo
RN	Recursos Naturais
SP	Secretário Permanente
SCM	Sociedade Comercial de Meluco
SDAE	Serviços Distritais das Actividades Económicas
SDC	Swiss Agency for Development Cooperation (Agência Suíça para o Desenvolvimento da Cooperação)

SIDA	Swedish International Development Cooperation Agency (Agência Sueca para o Desenvolvimento da Cooperação Internacional)
SPFFB	Serviços Provinciais de Florestas e Fauna Bravia
SPGC	Serviços Provinciais de Geografia e Cadastro
UNAC	União Nacional de Camponeses
UPMC	Unidade Provincial de Maneio Comunitário dos Recursos Naturais

## **ITC – iniciativa de Terras Comunitárias**

### **Relatório Final: Auditoria de Género**

#### **1.0. Contexto**

No âmbito da implementação do programa da iTC-iniciativas de Terras Comunitárias em Moçambique, há um grande interesse na parte dos gestores e doadores de se obter uma melhor partilha de benefícios e de responsabilidades entre homens e mulheres numa forma equitativa e equilibrada a nível das comunidades rurais, que ajudaria a iTC em atingir seus objectivos. Por outro lado o Programa da iTC iniciou as suas actividades sem nenhum instrumento sobre género que servisse de base de orientação para se atingir a equidade entre os homens e as mulheres. Neste sentido, baseados na análise estratégica elaborada pelos consultores (Boyd e Calengo 2008) contratados pelos doadores foi recomendado que a iTC devesse incorporar sistematicamente a questão do género na sua abordagem. Para esse efeito foi decidido realizar uma auditoria de género, com o apoio do NRI, com vista a conhecer o ponto de situação da integração dos aspectos de género em todas as actividades da iTC e propor acções para uma integração efectiva de género nos projectos da iTC.

Portanto, esta foi a grande motivação para a realização deste trabalho, cujos resultados serão apresentados numa forma resumida e sistematizada no presente relatório.

#### **1.1. Objectivos**

O presente trabalho tem como finalidade principal: primeiro melhorar o engajamento das comunidades, olhando para a desigualdade, segundo ressaltar o impacto do género e diversidade no Programa e nos Projectos da iTC e por último elaborar recomendações sobre como a questão do género e biodiversidade pode ser focalizada e integrada no projecto.

Especificamente o presente trabalho visa: (i) desenvolver um conhecimento alargado e profundo de género e diversidade no engajamento e participação das comunidades no apoio as actividades da iTC; (ii) aumentar a consciência sobre género e diversidade na iTC, nos provedores de serviços e nas organizações parceiras de implementação dos projectos; (iii) tornar as políticas e os procedimentos da iTC mais sensíveis e receptivas aos aspectos de género e diversidade, (iv) identificar boas práticas e áreas para melhorar em relação a género e diversidade nos programas e projectos comunitários, e (v) estabelecer instrumentos, metodologias e indicadores sobre género e diversidade nos projectos da iTC.

#### **1.2. Metodologia**

O trabalho sobre a auditoria de género foi realizado numa forma participativa e consistiu nas seguintes fases e passos: (i) leitura bibliográfica sobre os documentos académicos e relevantes do programa e projectos da iTC, provedores de serviço, legislação moçambicana sobre a terra e outros recursos naturais, outros instrumentos legais, documentos sobre experiências de outros programas e projectos etc.; (ii) entrevistas e discussões individuais, colectivas e separadas por sexo com os diferentes actores envolvidos na implementação

dos projectos da iTC tais como: iTC, ETA - Equipa Técnica de Avaliação, CPA- Comitê Provincial de Avaliação, GLD- Grupo de Ligação Distrital, provedores de serviço, autoridades do Governo e comunitárias, comunidades e beneficiários. Também foram realizadas visitas de campo com vista a conhecer melhor a realidade dos projectos incluindo praticas locais de desenvolvimento.

### **1.3. Principais constatacoes e conclusoes**

Segundo os resultados obtidos do presente trabalho existem várias causas da fraca participação das mulheres nos projectos da iTC que necessitam duma análise conjuntural sob o ponto de vista económico, social, cultural e contexto político local.

Entretanto, é mais que uma fraca participação das mulheres, mas sim a iTC não tem reflectido acerca de género e diversidade no seu trabalho e ou no impacto do seu trabalho. Se a iTC não tem levado em consideração a igualdade, pode correr risco de fortalecimento negativo das relações de poder e até causar mais conflito dentro da comunidade. Pois, são evidentes as relações desiguais de género nos projectos da iTC e passos imediatos devem ser tomados para colmatar esta situação.

Contudo, a iTC, tem uma considerável oportunidade para criar um impacto positivo na vida dos homens, das mulheres e dos grupos vulneráveis. As conclusões aqui apresentadas são o resultado desta análise e foi a base para a elaboração das respectivas recomendações:

#### **a) Género, terra e recursos naturais**

O país possui uma população estimada em 21.350.008 habitantes, dos quais 70% da população é rural e 51,6% representa a população feminina e 48, 6%.representa a população masculina. A nível do país a província de Gaza apresenta maior projecção da população feminina. As províncias de Gaza, Manica e Cabo Delgado representam uma projecção da população feminina de 55,3%; 51,5% e 51,4% respectivamente segundo o Censo Populacional realizado em 2007.

Apesar da mulher ser um principal actor na produção agrária e no desenvolvimento local ainda continuam existir diferentes percepções sociais sobre os direitos dos homens e das mulheres em relação a gestão da terra e outros recursos naturais. Esta diferença de percepções deve-se por um lado da complexidade do assunto e por outro lado da heterogeneidade cultural e aspectos socio-económicos da população moçambicana.

Existe um rico conhecimento da terra e de outros recursos naturais nos homens e nas mulheres a nível das comunidades locais. Entretanto, as mulheres é que detêm o conhecimento especial sobre os mesmos e transferem o seu “saber – como fazer” e normas comportamentais sobre a respectiva utilização.

O trabalho das mulheres está profundamente relacionado e envolvido com a gestão diária da terra e de outros recursos naturais como por exemplo cartar água, colectar lenha, estacas e capim para a construção, cultivar; etc., para além do seu papel de reprodutora. Elas jogam um papel intrínseco na segurança alimentar familiar como produtora chave de alimentos. Todas estas actividades das mulheres estão relacionadas com acesso a terra pertença do homem. Apesar do papel valioso das mulheres, elas não tem a posse e controlo dos recursos naturais. Viúvas ou divorciadas elas estão sempre em desvantagem.



As mulheres participam também em actividades de comercialização de pequenos produtos tais como: hortícola, artesanato (cestos e outros), tijolos, objectos de olaria, produtos do mar como amêijoas. Normalmente, a comercialização de milho é feita pelos homens, mas na ausência e autorização destes as mulheres podem fazer.

As múltiplas tarefas e o consumo de tempo para realizar essas tarefas contribuem consideravelmente na carga de trabalho para as mulheres em comparação com os homens. Existem alguns casos onde as mulheres sentem que os seus maridos deveriam lhes apoiar em algumas tarefas.

Esta situação cria diferenças nas funções entre o homem e a mulher em relação a tomada de decisão. Na maioria dos casos, são os homens que normalmente tomam a decisão a nível da família, a nível dos grupos de interesse e a nível da comunidade.

Em outros casos, há famílias nas comunidades visitadas onde existe consultas entre o homem e a mulher para a tomada de qualquer decisão. Em outras famílias, o homem e a mulher toma decisão em tarefas do seu domínio.

Os homens estão mais envolvido em trabalhos irregulares tais como abrir a machamba, venda da produção agrícola, construção e ou renovação da casa, etc.

Outros grupos com fraco acesso a terra e outros recursos naturais nas comunidades da iTC são: pessoas com HIV/SIDA, órfãos, idosos e migrantes.

As crianças são normalmente encorajadas para frequentar a escola como a primeira prioridade e depois apoiar os seus familiares nos trabalhos. Crianças maioritariamente rapazes, apoiam várias vezes os seus pais, levam o gado a pastagem e também trabalham na terra da família. As raparigas jovens trabalham e ajudam as suas mães a cartar água, colectar lenha e praticam agricultura.

Todos os problemas e limitações acima apresentados em relação ao acesso e controlo das mulheres à terra e outros recursos naturais estão combinados e são agravados pela degradação do meio ambiente como e o caso da escassez das fontes de água, desflorestamento, etc.

## **b) Tipo de intervenção**

Segundo, o manual de operações da iTC, são considerados beneficiários primários os homens e as mulheres residentes nas comunidades locais, associações ou fóruns e Grupos Comunitários, organizações comunitárias de base (OCB), incluindo os grupos vulneráveis tais como: mulheres divorciadas, viúvas, mulheres chefes de famílias, mulheres sofrendo de doenças crónicas assim como o HIV/SIDA.

A delimitação de terras comunitárias e de outros recursos naturais é a actividade fundamental da iTC e existe uma grande solicitação por parte dos provedores de serviço e comunidades locais e associações para o efeito, incluindo a demarcação de áreas específicas para realizar projectos económicos.

Apesar da delimitação de terras comunitárias ser uma actividade fundamental da iTC, as mulheres tem baixo cometimento e fraco conhecimento sobre o processo de delimitação e as outras actividades da iTC e suas vantagens. Isto é as mulheres tem um fraco conhecimento e apropriação sobre os limites da terra, seus direitos sobre a terra e outros recursos naturais, conflitos existentes e em alguns casos as mulheres tem pouco conhecimento sobre as actividades que estão sendo realizadas pelos provedores de serviço no âmbito da implementação dos projectos da iTC. Esta realidade torna as mulheres cada vez mais vulneráveis em relação ao acesso, controlo e tomada de decisão sobre a terra e outros recursos naturais.

Para além das delimitações de terras comunitárias os provedores de serviço desenvolvem outras actividades no âmbito da iTC tais como: (i) sensibilização comunitária; (ii) divulgação da legislação sobre terra, floresta e fauna bravia e ambiente; (iii) capacitação comunitária; (iv) legalização das associações e outros grupos de base comunitária; (v) inventário dos recursos naturais; (vi) zoneamento comunitário; (vii) planos de maneio.

Neste contexto, a implementação dos projectos da iTC disponibilizam serviços adicionais particularmente para às mulheres, aumentando os meios de vida para os homens e mulheres. O desenvolvimento de actividades de geração de rendimento tais como: a produção de tijolos, plantação de árvores de frutas, olaria, venda de bambu e pesca para homens. Isso resulta em mudanças socio-económicas e contribuem significativamente para o desenvolvimento local. Outras actividades nas áreas de intervenção da iTC são: a dança, o artesanato e a sistematização das plantas medicinais dando o valor cultural e económico.

Entretanto, existe um grande cometimento de ambos os homens e mulheres com a protecção do meio ambiente e valorização dos recursos naturais. Também há construção de um capital social muito importante nas áreas de intervenção da iTC através da criação de grupos de trabalho comunitário que permitem um diálogo permanente entre os homens e mulheres.

Em geral, o tipo de intervenção que a iTC está a realizar tem um potencial positivo sob o ponto de vista de género, baseado no número de participação de homens e de mulheres. Entretanto, esses números podem ser melhorados particularmente em Manica e Cabo Delgado.

Contudo, existem alguns casos onde a carga de trabalho das mulheres está aumentando e assumem papéis difíceis dentro do projecto comparativamente aos homens, com pouca capacidade para gerar receita ou controlo na tomada de decisão. Portanto, é preciso desenhar actividades específicas e focalizadas as necessidades e benefícios das mulheres.

### **c) Participação das mulheres nos projectos**

A maioria das organizações visitadas não colecta informação desagregada em género. Portanto, a informação existente é muito fraca e os números são baseados em estimativas. Esta situação limita uma análise significativa da informação.

São evidentes as relações desiguais de género nos projectos da iTC nas três províncias de intervenção, sendo muitas vezes as tarefas das mulheres pesadas, deixando-as sem tempo para participar nas actividades de desenvolvimento local e grupos de trabalho comunitários.

É baixa a proporção de participação e de mulheres beneficiárias nos projectos da iTC. Entretanto, foram visitados 12 projectos dos 19 que estavam em implementação na altura da realização do presente trabalho nas 3 Províncias de intervenção da iTC. Assim, baseado nas visitas dos projectos em cada província, a participação das mulheres nas actividades dos projectos, formação e outros eventos é a seguinte: (i) a província de Cabo Delgado apresenta uma percentagem de participação mais baixa de mulheres com 30%; (ii) enquanto que a Província de Gaza apresenta a percentagem mais elevada de 61% e (iii) por último a Província de Manica com 41%.

Algumas mulheres não se sentem capazes para exercer o cargo de direcção pelo estereótipo de género que faz com que o saber chefiar se considere uma habilidade ou qualidade mais própria dos homens. Por outro lado os homens consideram que as mulheres não possuem qualidades e capacidades para participar nas actividades de consulta comunitárias, verificação de limites de terras, chefiar o grupo de trabalho.

Os estereótipos de género representam um obstáculo muito sério em relação a participação das mulheres nas actividades dos projectos e na ocupação de cargos de direcção e de tomada de decisão no processo de acesso e controlo da terra e de outros recursos naturais. No geral, pelas características e papel que lhes atribuem socialmente as mulheres, não são consideradas aptas para desempenhar algumas tarefas nas actividades de desenvolvimento local incluindo as tarefas de direcção dos grupos comunitários. Se as mulheres e grupos vulneráveis são várias vezes excluídas das negociações e debates, portanto as decisões finais podem não reflectir os seus interesses.

Nas três províncias as mulheres são preteridas para posições de tomada de decisão e têm menos oportunidades para receber treinamento e formação.

A carga de trabalho familiar e doméstica das mulheres provocam menor disponibilidade de tempo para o ocupar cargos de direcção nos projectos, grupos de trabalho comunitário, associações e até limita a sua participação em certas actividades que normalmente levam muito tempo tais como: (i) a delimitação de terras e de outros recursos naturais, particularmente a confrontação de limites com comunidades vizinhas; (ii) formação e ou treinamento particularmente quando é dado fora da área comunitária, (iii) visita de troca de experiência entre comunidades etc. Esta situação é agravada na maioria dos casos pela falta de apoio e, as vezes, resistência por parte dos homens particularmente parceiros delas.

Entretanto, segundo o Regulamento da Lei dos Órgãos Locais do Estado a participação das mulheres nestes órgãos não deve ser inferior a 30% (art. 117, no 3).

Entretanto, numa forma geral a participação das mulheres nos órgãos de consulta comunitária no âmbito da implementação da Lei dos órgãos Locais do Estado na Província de Manica varia da seguinte forma: (i) os Conselhos Consultivos Distritais são compostos por 30-50 membros dos quais 25% são mulheres; (ii) os Conselhos Consultivos do Posto Administrativo são constituídos por 20-40 membros dos quais 30% são mulheres; (iii) os conselhos Locais e ou Fóruns Locais, são constituídos por 10 – 20 membros dos quais

24% são mulheres e finalmente (iv) a participação das mulheres nos órgãos de tomada de decisão e de direcção varia de 0-25%.

Alguns comités de gestão da terra e de outros recursos naturais, associações de camponeses e outros grupos comunitários são constituídos por 9-30 membros e a participação das mulheres é inferior a 22%.

Neste contexto significa que mesmo nos órgãos Locais do Estado e nos OCBs estabelecidos no âmbito dos programas do Governo a participação das mulheres é fraca e necessita de ser melhorada comparativamente a participação dos homens. Realmente a taxa de participação das mulheres é baixa do que aquela requerida na Lei em relação a participação da mulher.

Portanto, apesar da participação das mulheres nos projectos de iTC ser relativamente boa comparado com alguns programas do Governo, a iTC deveria também fazer diferença em termos de vozes de mulheres nos comités de terra e de gestão dos recursos naturais e no processo de tomada de decisão.

Contudo, existe por outro lado um excesso de requisitos para o envolvimento e/ou participação das mulheres nos órgãos locais e organizações comunitárias de base tais como: (i) Dificuldades maiores para as mulheres obterem o BI- bilhete de identidade para ser membro do corpo directivo das associações, comité de gestão dos recursos naturais e para a movimentação bancária etc. , (ii) a nível de escolaridade geralmente mais baixa das mulheres para servir como base para receber a formação sobre gestão de negócios, para ser tesoureira, secretária da associação etc., (iii) a mulher precisa de ter autorização do homem para participar nas actividades dos projectos,

#### **d) Metodologias e abordagens utilizadas e percepções de género**

Existem estereótipos de género a nível das áreas de intervenção do projecto da iTC em relação a participação das mulheres nos projectos e que constituem barreiras para o acesso e o controlo das mulheres à terra e aos outros recursos naturais.

Também existe uma tendência masculina nas consultas comunitárias ligadas a implementação das actividades de delimitação de terras comunitárias, levantamento ou inventário sobre os recursos naturais incluindo a formação e treinamento. Desta forma há pouca utilização de grupos de mulheres, associações e liderança feminina.

Esta situação é agravada pela ausência de aplicação de métodos participativos para examinar a inclusão ou a exclusão das mulheres na implementação dos projectos. Agravado a esta situação, existem provedores de serviço que focalizam o género nos outros programas da organização, mas como iTC não tem o género como foco específico para o projecto alguns provedores de serviço não aplicam estas metodologias adequadamente.

O manual de delimitação de terras comunitárias, preparado pela Comissão Interministerial para a revisão da legislação de terras tem sido a base metodológica de trabalho para a maioria dos provedores de serviço.

Consequentemente, há mínima oportunidade para as mulheres participarem nos treinamentos e/ou outros trabalhos dos projectos fora ou dentro da comunidade beneficiária.

Algumas actividades ou práticas que limitam a participação das mulheres são: (i) o treinamento fora da área da comunidade; (ii) o uso da língua portuguesa por alguns facilitadores nas formações e (iii) ter facilitadores ou técnicos do projecto homens.

A falta de domínio da língua local por parte dos facilitadores é vista como uma grande limitação para a interação com as mulheres permitindo uma maior participação e inteiração com os homens.

Existe uma ausência de análise de género, de desagregação de dados por género e de indicadores sobre género e diversidade nos relatórios apresentados sobre a implementação dos projectos e consequentemente uma ausência de tratamento destes aspectos na monitoria e avaliação das actividades.

O método de preparação social ajudou em particular na província de Manica a melhorar o processo de consulta comunitária mas ainda necessita de ser integrado o género e diversidade com vista a se harmonizar melhor a participação, papel e os interesses das mulheres nas actividades dos projectos. Este método permite aos provedores de serviço aumentar a participação das mulheres e obter a sua opinião através do processo de consultas. Este é um aspecto muito importante neste contexto patriarcal onde a independência das mulheres é restrita. Entretanto a aplicação e implementação adequada da metodologia de preparação social para integrar aspectos de género e diversidade irá depender da formação, treinamento e habilidades que os facilitadores comunitários deverão desenvolver junto das comunidades.

#### **e) Capacidades institucional da iTC**

Conforme já foi explicado no início deste relatório, não houve desde do começo da implementação do programa da iTC instrumentos de orientação sobre a integração dos aspectos de género e diversidade nos projectos. Contudo, há falta também de recursos técnicos femininos e de pessoas responsáveis pelo género e diversidade dentro das instituições e ou a nível da iTC e respectivos órgãos de consulta e trabalho tais como: CPA, ETA e GLD e organizações provedoras de serviços.

Como consequência desta situação:

- (i) há fraca capacidade e habilidades sobre género e diversidade dentro da iTC e maioria das organizações provedoras de serviço. Este facto foi nas três províncias de intervenção da iTC (Manica, Gaza e Cabo Delgado) reconhecido por todos os intervenientes e recomendam intervenções imediatas para a mudança do cenário;
- (ii) há falta de integração de género e diversidade nos processos chaves de implementação do projecto tais como: consultas comunitárias, formações e treinamento comunitária, relatórios de progresso, monitoria e avaliação;
- (iii) há fraca comunicação com as comunidades particularmente com as mulheres e grupos de mulheres incluindo vulneráveis (idosas, viúvas, divorciadas doentes crónicos, etc);
- (iv) a informação existente sobre a implementação dos projectos não está sistematizada e nem está desagregada em género;

- (v) algumas visitas de campo feitas pelos provedores de serviço não são planificadas adequadamente com vista a um melhor acompanhamento com as comunidades, e
- (vi) há uma ausência de um enfoque direccionado para as necessidades estratégicas da mulher ou para mudança do baixo estatuto da mulher com vista a ocupar posições de liderança nos grupos comunitários (comités de gestão dos recursos naturais, associações, Fóruns Locais e outros OCBs), a ter maior oportunidade para a capacitação através de formação, treinamento específico, visitas de troca de experiências e a ser mais activo nas acções de trabalho.

#### **1.4. Oportunidades para a iTC fortificar as intrvencoes de genero**

A iTC e os provedores têm uma grande oportunidade para capitalizar os aspectos de género e diversidade pela existência de Lideres Locais com grande interesse para aconselhar e encorajar particularmente a participação das mulheres nas actividades dos projectos sobre a terra e outros recursos naturais.

Outra grande oportunidade institucional e metodológica é a aplicação dos procedimentos sobre a preparação social como base das consultas comunitárias e integração dos aspectos de género e diversidade nos projectos da iTC.

Também existem mulheres e grupos de mulheres e de associações com interesse para fazer a mobilização, sensibilização, consulta e até participar na tomada de decisão sobre a implementação das actividades dos projectos.

Portanto, na base dos resultados do presente trabalho existe uma grande oportunidade da iTC desenvolver actividades estratégicas que efectivamente vão contribuir no melhoramento da vida das mulheres e ter um grande impacto social e económico tais como oportunidades para a delimitação de terras, melhoramento de conhecimento e desenvolvimento de pequenos negócios especificamente para grupos de mulheres.

Outras oportunidades a nível das comunidades que a iTC pode desenvolver são: a capitalização de programas sobre a reposição de árvores em áreas de corte incluindo o estabelecimento de pequenos programas reflorestamento comunitário para minimizar os problemas ambientais que afectam particularmente as mulheres e o estabelecimento de comités de resolução de conflitos de terra e de outros recursos naturais envolvendo mulheres.

## 1.5. Resumo das constatações por cada província de intervenção da ITC

**Tab. 1. Província de Gaza**

Fortalezas	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"><li>• As comunidades são patrilineares onde as mulheres não têm direito a controlo a sua própria terra no âmbito das normas costumeiras. Entretanto, mulheres têm um grande controlo e acesso de todos os recursos naturais quando os homens migram para Africa do Sul.</li><li>• A elevada prevalência de HIV/AIDS, está a contribuir na mudança da estrutura familiar e tarefas de género.</li><li>• Pelo menos 65% de mulheres incluindo idosas são envolvidas nas actividades da ITC.</li><li>• Existe uma diversificação de actividades económicas e rendimento familiar permitindo maior autonomia no sustento da vida das famílias particularmente aquelas com a mulher como chefe de família.</li><li>• O capital social das associações de camponeses fortificado particularmente aquelas que trabalham com grupos vulneráveis como acontece em Bahule, no Posto Administrativo de Chidenquele, Xai-Xai.</li><li>• Existe projectos ligados e com apoio de outras organizações, criando um grande impacto .</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Apesar da maior participação das mulheres nas actividades dos projectos, os homens são mais envolvidos na tomada de decisão e treinamento. Os provedores de serviços tem uma baixa capacidade de análise de aspectos de género e diversidade. Muitas vezes usam critérios que excluem as mulheres em actividades de tomada de decisão. Como consequência, há um fraco enfoque para as mulheres e grupos vulneráveis nos projectos da ITC e seus provedores de serviço. Existe uma fraca consulta comunitária e trabalho com grupos de mulheres.</li><li>• Muitas vezes o trabalho das mulheres em alguns projectos por ex. no projecto com a comunidade de Ngozene que desenvolve a olaria no Distrito de Manjacaze se limita a carregamento de água e barro para o fabrico de peças de olaria, a busca de lenha para os respectivos fornos e leva muito tempo e difícil comparado com o trabalho dos homens e estão quase sempre na situação de subordinação. Esta situação é agravada pelo facto de que ainda não foi desenhada uma estratégia para superar esta situação.</li></ul>

**Tab 2. Província de Manica**

Fortalezas	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"><li>• Similar a situação de Gaza, as mulheres não tem direito a sua própria terra.</li><li>• As diferenças de papel de género são mais forte. Entretanto existem sinais positivos para mudança: (i) algumas viúvas são capazes de proteger as suas terras mantendo a propriedade do homem enquanto não contraem o novo matrimónio; (ii) mulheres tem criado parcelas separadas para elas mesmas para maior controlo da terra particularmente em casos em que os homens não apoiam as despesas da família; (algumas mulheres já praticam actividades de rendimento tais como a venda de bambu, carvão, lenha e alguns produtos agrícolas.</li><li>• O processo de preparação social está mais avançado e já existem alguns resultados como aconteceu na comunidade de Dárue no Posto Administrativo de Dombe, Distrito de Sussundenga.</li><li>• Pelo menos 4/5 dos provedores de serviços estão a colher alguns dados de género mas sem nenhum tratamento analítico nos relatórios dos projectos.</li><li>• O processo de identificação das necessidades comunitárias é baseado em consultadas mas as vezes não há separação entre as mulheres e os homens.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Existe uma baixa participação de mulheres: (i) apenas 41% das mulheres participam nas actividades dos projectos (ii) no treinamento e formação; (iii) na tomada de decisão.</li><li>• Em alguns casos as mulheres precisam de autorização para participar nas actividades do projecto como acontece nas comunidades de Tuco-Tuco, Chimbria, Zianga e Mpombo, Distrito de Machaze.</li><li>• Homens têm maior acesso aos insumos e tecnologias.</li><li>• Não há enfoque as mulheres e grupos vulneráveis na implementação das actividades do projecto.</li><li>• Alguns técnicos dos provedores de serviço não conhecem e não dominam a língua local o que exclui as mulheres das discussões e outras actividades de consulta.</li><li>• Existe alguma capacidade por parte dos provedores de serviço de lidar com questões do género e diversidade mas não esta sendo aproveitado nos projectos da ITC. Entretanto, existe uma fraca sistematização e análise de informação desagregada em género.</li><li>• Algumas actividades de formações e treinamento são realizadas fora da área da comunidade beneficiária o que exclui por completo a participação das mulheres particularmente as do Distrito de Machaze.</li></ul>



**Tab 3. Província de Cabo Delgado**

Fortalezas	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"><li>• As associações de camponeses, CGRN, Foruns Locais e outros OCBs apresentam um capital social muito fortificado.</li><li>• Existe uma maior diversidade de projectos ligados com o desenvolvimento local tais como: (i) zoneamento; (ii) planos de MRN; (iii) resolução de conflitos (v) planos de negócios, etc. Este cenário contribui para o maior impacto do projecto nas áreas de intervenção da ITC.</li><li>• O conhecimento de homens e mulheres sobre a gestão sustentável dos recursos naturais está fortificado e particularmente as mulheres apresentam maior interesse e motivação para mudanças.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Não há enfoque as mulheres e grupos vulneráveis na implementação das actividades dos projectos.</li><li>• A tomada de decisão e controlo de terras e outros recursos naturais é várias vezes feita pelos homens. Particularmente as mulheres viúvas estão em situação de desvantagem em relação segurança e posse da terra e outros bens da família.</li><li>• Os provedores de serviço apresentam um fraco conhecimento e habilidades de facilitação comunitária excluindo a participação das mulheres nas actividades, discussões e tomada de decisão.</li><li>• As mulheres participam menos e estão menos envolvidas na tomada de decisão 30% e 15% respectivamente. Como consequência disso, as mulheres tem pouco conhecimento sobre os aspectos de terra, recursos naturais. Por exemplo, na comunidade de Chapa, Distrito de Moeda, apenas os homens participaram nas reuniões de confrontação dos limites de terra comunitária com os vizinhos.</li><li>• Os homens são mais envolvidos na tomada de decisão e treinamento. Os provedores de serviço muitas vezes usam critérios que excluem as mulheres nas actividades dos projectos.</li><li>• Existe uma fraca consulta comunitária e trabalho com grupos de mulheres. Por exemplo as mulheres na comunidade de Ravia, Distrito de Meluco não conheciam as actividades do projecto, porque em nenhum momento foram convidadas para participar.</li><li>• Quase sempre as mulheres estão na situação de subordinação.</li></ul>

## 1.6. Principais Recomendacoes

### I. Recomendacoes para iTC

1. Desenvolver um plano de acção de género e diversidade a estratégia organizacional e actividades da iTC sobre género e diversidade. Essa deveser discutida e acordada num seminário técnico da iTC previsto para o fim do Fevereiro. Levando em conta os resultados da Avaliação do Meio Termo (Mid Term Review – MTR) essa estratégia poderá incluir:
  - Linhas de responsabilidade e orçamento para género e diversidade;
  - Politicas no recrutamento de pessoal feminino para a disponibilidade de posições;
2. Rever os documentos chaves de funcionamento do projecto, integrando os aspectos de género e diversidade e especialmente as questões de participação da mulher que deverão ser considerados em todos os procedimentos e formulários de preparação, implementação e monitoria dos projectos: (*esse processo esta em curso no cargo das consultoras*)
  - (i) *manual de operações*, rever particularmente: a matriz da monitoria do projecto, o modelo do relatório de progresso, os beneficiários da iniciativa e a estrutura da ETA, CPA e GLD;
  - (ii) *manual de preparação social*;
  - (iii) *guião de apresentação de propostas de projectos*;
  - (iv) *Formulário de monitoria das actividades*;
  - (v) *Formulário avaliação e aprovação dos projectos*,
  - (vi) *Formulário sobre o relatório de progresso das actividades*.
5. É importante que a iTC encontre um provedor de serviço que poderá ajudar em aplicar os conhecimentos e experiências de género e diversidade nos projectos do iTC. Por exemplo, utilizar as experiências dos programas existentes sobre HIV/SIDA, sobre a AMOLEIDE, e do Fórum Mulher e outros em curso no país.
6. Capacitar/treinar os membros do pessoal dos provedores de serviço, e da iTC e os seus órgãos para a integração dos aspectos de género com vista a uma harmonização de conceitos e mudança de atitude na implementação dos projectos comunitários.
  - Numa primeira fase realizar um seminário técnico de capacitação aos gestores nacionais e provinciais e oficiais do campo da iTC junto com membros dos órgãos e provedores de serviço numa Província A capacitação será facilitada pelas consultoras do género do NRI.

7. A ITC deve estabelecer um curso de treinamento sobre género para os provedores de serviço e os demais membros do pessoal e das órgãos da ITC a nível provincial, com apoio da provedor de serviço de género, e A capacitação deve incluir também metodologias de facilitação comunitária com sensibilidade de género e outras técnicas participativas com vista a melhorar o conhecimento sobre os recursos naturais e assim melhorar a orientação das actividades para homem e mulher, particularmente para as mulheres e grupos vulneráveis na comunidade.
8. Recomenda-se que cada gestor da ITC identifique e examine novas acções com maior atenção as questões de género, Por exemplo a emissão de títulos de terra para grupos e associações de mulheres inclusive grupos de idosas, divorciadas, viúvas, mulheres com doenças crónicas (HIV/SIDA) o envolvimento direito de grupos de mulheres de gestão a terra e de outros recursos naturais através de campanhas de sensibilização das mulheres em actividades de zoneamento e protecção de recursos naturais.
9. A ITC deve trabalhar com novas iniciativas para conceder fundos para projectos que focalizam aspectos de género e diversidade. Por exemplo projectos que promovem a geração de rendimento para as mulheres, idosas, viúvas e outros grupos vulneráveis; criar comités e associações de mulheres nas comunidades; criar grupo de mulheres com maior produção agrícola para expandir mercados e micro empresas.
10. A ITC deve trabalhar com os provedores de serviço para verificar como uma maior participação das mulheres e outros grupos vulneráveis pode melhorar as suas práticas. Por exemplo, encorajar as mulheres a participar nos cargos de responsabilidade e de tomada de decisão, encorajar as mulheres a fazerem as apresentações dos projectos nas suas comunidades, encorajar as mulheres a fazer e a participar nas campanhas de sensibilização comunitária, encorajar as mulheres a participarem nas visitas de troca de experiências para elas mesmos disseminar as iniciativas nas comunidades.
11. Com o apoio do NRI continuar a o seguimento das recomendações e a monitoria e apoio da implementação das recomendações e o eventual plano de acção de género e diversidade acordado com apoio do NRI.

## **II. Recomendacoes para os provedores de servico**

1. Os provedores de serviço devem sempre quando possível promover e realizar as formações, seminários e outros eventos nos locais de residência dos beneficiários para a maior participação das mulheres e outros grupos vulneráveis.
2. Em todo o processo de inteiração com as comunidades devem utilizar a língua local para uma maior inclusão da participação de homens e mulheres nos projectos.
3. Os provedores de serviços devem encorajem o recrutamento de facilitadores de sexo feminino nos trabalhos comunitários particularmente no caso de facilitação nos treinamento e formações.
4. Os provedores de serviço devem utilizar material diversificado adequado para as pessoas não escolarizadas para todas as formações e actividades dos projectos.

5. Os provedores de serviço devem tomar em consideração a separação dos grupos sociais nas comunidades durante o levantamento das necessidades e outra informação ligada aos projectos e actividades de desenvolvimento local.

## **Anexo 1: Contexto de Política Nacional**

### **Ponto de situação**

Moçambique situa-se na África Austral, entre a foz do Rio Rovuma e a República da África do Sul. O país ocupa uma área de cerca de 799.380Km<sup>2</sup> ou seja 79.938.000ha, dos quais 36 milhões de hectares são terra arável (aproximadamente 45% da área total do território). Segundo o Censo de 2007 (INE, Agenda Estatística 2009), o país possui uma população estimada em 21.350.008 habitantes, dos quais 70% da população é rural e 51,6% representa a população feminina e 48,6% representa a população masculina. A nível do país a província de Gaza apresenta maior projecção da população feminina. As províncias de Gaza, Manica e Cabo Delgado representam uma projecção da população feminina de 55,3%; 51,5% e 51,4% respectivamente.

Segundo o estudo feito pela FAO Moçambique em 2008, um dos maiores desafios ao desenvolvimento humano sustentável é a predominância das desigualdades de oportunidades entre grupos sociais (comunidades etno-linguísticas); população urbana e rural; homens e mulheres. A mais persistente dessas desigualdades é a que prevalece entre homens e mulheres, em detrimento destas últimas.

Apesar deste cenário ainda continuam diferentes percepções sociais sobre os direitos dos homens e das mulheres em relação a gestão da terra e água e outros recursos naturais. Esta diferença de percepções deve-se por um lado da complexidade do assunto e por lado da heterogeneidade cultural e dos aspectos socio-económicos da população moçambicana.

A complexidade sociológica do género em relação aos programas de desenvolvimento agrário rural e as políticas de âmbito nacional necessitam de uma abordagem mais ampla e integrada em várias fases de intervenção, destacando-se as fases de planificação, implementação, monitoria e avaliação, com vista a fortalecer a segurança de posse de terra e outros recursos naturais, para os homens e as mulheres.

O tratamento integrado de aspectos de género nos programas de desenvolvimento, particularmente, de gestão de terra e de outros recursos naturais, influencia positivamente no acesso, controlo, tomada de decisão e segurança de posse destes recursos naturais pelos homens e as mulheres. A harmonização de conceitos para um entendimento comum sobre as questões de género e biodiversidade é fundamental para todos os intervenientes na implementação de programas e projectos de terra e de outros recursos naturais.

### **Contexto institucional e político**

A Constituição de Moçambique, a Política Nacional de Terra, a Lei de Terra, e o Código Civil regem pelos princípios de justiça social, igualdade, equidade, não discriminação e integração de género.

Em 1993 Moçambique adoptou e ratificou a Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) (resolução n.º 4193 da Assembleia da República a 2 de Junho, entrada em vigor como lei a 16 de Maio de 1997). Ao fazê-lo compromete-se a adoptar "(...) todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher nas zonas rurais a fim de assegurar, em condições de igualdade entre homens e mulheres, que elas participem no desenvolvimento rural e dele

se beneficiem (...)”<sup>1</sup> A ratificação da CEDAW vem reforçar o compromisso do governo para com os princípios de igualdade e não - discriminação na medida em que exige que toda a legislação nacional seja harmonizada com os princípios da Convenção.

A Plataforma de Acção de Beijing, adoptada em 1995, trouxe um conceito de “*gender mainstreaming*”, operando-se uma mudança ao nível do quadro conceptual que, na concepção e implementação de acções de desenvolvimento considerava a mulher como grupo alvo separado e/ou vulnerável. Passou-se então a ter uma perspectiva analítica e integrada de institucionalização do género. Quer isto dizer que se adoptou uma postura de promoção de políticas e acções que integrassem a abordagem do género nos programas governamentais (Loforte, 2004). Como resultado, no Programa do Governo de Moçambique após as eleições multi-partidárias é explícito que todos os Programas sectoriais deverão ter a perspectiva de género e refere que "O Governo vai introduzir a perspectiva de género na concepção, análise e definição de políticas e estratégias de desenvolvimento nacional" (Programa do Governo 1995).

Neste contexto, o governo Moçambicano transformou o Ministério para a Coordenação da Acção Social (MICAS), criado em 1994, em Ministério da Mulher e Coordenação da Acção Social (MMCAS), por Decreto Presidencial N°1/2000, de 17 de Janeiro, com um mandato definido pelo Decreto Presidencial N°8/2000, de 16 de Maio. No sentido de prosseguir os seus objectivos de o MMCAS criou a Direcção Nacional da Mulher (DNM) dentro do ministério e criou o Grupo Operativo para o Avanço da Mulher (GOAM). É também neste contexto que se assiste à criação de **unidades de género** nos ministérios e instituições subordinadas, unidades que têm vindo a desenvolver acções no sentido de prosseguir a inclusão de uma perspectiva de género ao nível do planeamento, implementação, monitoria e avaliação das suas actividades. No âmbito do Ministério da Agricultura é Unidade de Género é criada em 1998, tendo por objectivo liderar a integração da abordagem do género nas políticas, programas, planos, estratégias e orçamentos do sector agrário e ainda rever todo a legislação do sector que não integre esta abordagem.

Ao nível de **políticas e programas**, desde o início da década de 90 vários têm sido os esforços do Governo Moçambicano no sentido de inverter a situação da mulher que é ainda de subalternidade económica e social. Orientados pelo cumprimento das recomendações do CEDAW, da Plataforma de Acção de Beijing e da Declaração de Género e Desenvolvimento da SADC, entre outros, e na prossecução do objectivo Desenvolvimento do Milénio nº3 (promover a igualdade de género e dar poder às mulheres), os programas e políticas governamentais mostram já uma preocupação em incluir uma perspectiva de género ao nível dos planos de desenvolvimento.

O **Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta 2006-2009** (PARPA II) reconhece que a desigualdade de género constitui um obstáculo para o crescimento económico do país e estabelece a ligação entre género e a pobreza como uma das principais preocupações no contexto da redução da pobreza absoluta.<sup>2</sup> De facto, neste plano a componente género está contemplada nos “Assuntos Transversais”, assuntos considerados cruciais para o sucesso da estratégia de crescimento e redução da pobreza, assuntos que poderão comprometer o sucesso dos programas e acções de todos os

---

<sup>1</sup> art. 14º Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (in: [www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/reports](http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/reports))

<sup>2</sup> Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta 2006-2009 (PARPA II), p.24 e 27.

sectores considerados.<sup>3</sup> No sentido de cumprir o objectivo “Promover a Igualdade de Género”, a Matriz de Indicadores Estratégicos do PARPA II estabelece como indicador de resultados a aprovação e implementação de uma política de género nos sectores relevantes e integração do indicador global de monitoria do desenvolvimento do género.<sup>4</sup>

O **Programa Quinquenal do Governo 2005-2009** (PQG) para a área de género afirma que a situação da mulher em Moçambique é caracterizada por dificuldades relacionadas com factores tais como o poder económico, a rigidez dos papéis de género atribuídos socialmente à mulher, o difícil acesso à educação, à saúde, a vários recursos nomeadamente crédito, posse de terra e a fraca participação nos órgãos de tomada de decisão. O PQG 2005-2009 refere-se igualmente ao objectivo de alcançar a igualdade do género e menciona explicitamente que o fortalecimento do poder das mulheres é um factor decisivo para a erradicação da pobreza.<sup>5</sup>

A **Política e Estratégia Nacional de Género** aprovada na V Sessão do Conselho de Ministros de 14 de Março de 2006, regida pelos princípios de justiça social, igualdade, equidade, não discriminação e integração de género, assenta na convicção de que a abordagem de género deverá ser incorporada em todos os níveis de tomada de decisão, nomeadamente ao nível da legislação, políticas, programas, estratégias, planos de acção, orçamentos, metodologias, nomeações etc.

Perante este cenário o Governo de Moçambique aprovou ao 2 de Outubro de 2007 o Plano Nacional para o Avanço da Mulher que visa implementar acções de promoção da mulher coordenadas pelo Conselho Nacional para o Avanço da Mulher aprovado pelo Decreto no 7/2005 de 1 de Abril.

### **Programas e projectos pelas ONGs e Agências de Cooperação**

Actualmente são registados vários actores na área de desenvolvimento local, particularmente projectos ligados a gestão de terra e de outros recursos naturais a desenvolverem acções que visam a defesa dos direitos e igualdade da mulher tais como:

- Forum Mulher, através da coordenação e implementação de projectos de terra, protecção e defesa da mulher;
- FAO Agência das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, através da assistência técnica e implementação de projecto de terra e de outros recursos naturais e género;
- SIDA Agência Sueca para Desenvolvimento através da implementação de acção no sector agrário.
- MCA-Millênium Challenge Account, através da implementação de projectos de terras comunitárias.

---

<sup>3</sup> Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta 2006-2009 (PARPA II), p.58.

<sup>4</sup> PARPA II Matriz de Indicadores Estratégicos.

<sup>5</sup> Programa Quinquenal do Governo 2005-2009.

## **Programas do Governo**

No âmbito da implementação do Plano de Acção Para Redução da Pobreza Absoluta (PARPA), do Plano Quinquenal do Governo, os distritos são considerados como pólos de desenvolvimento.

A vida dos habitantes das áreas de intervenção da ITC é caracterizada pela sua dependência total da agricultura de subsistência e dos recursos naturais para abastecimento das suas necessidades nutricionais e de sobrevivência diária. As iniciativas de negócio para suprir as necessidades de consumo e em alguns casos para geração de pequenos rendimentos familiares são geralmente, restritas aos negócios informais. Foi neste contexto que o Governo de Moçambique estabeleceu a nível dos Distritos o fundo de investimento e de apoio a iniciativas locais (FIL) no âmbito do processo de descentralização administrativa. Para a planificação e implementação deste fundo existem em todos os distritos os Conselhos Consultivos Distritais que tem como função básica representar as comunidades no aconselhamento ao distrito sobre as prioridades de desenvolvimento. A nível dos Postos Administrativos encontram-se os Conselhos Consultivos do Posto Administrativo (CCPA) enquanto que a nível das Localidades encontram-se os Fóruns Locais (FL). A nível comunitário foram institucionalizados os Comitês de Gestão dos Recursos Naturais e ou Associação ou outros Grupos Comunitários (OCB). O estabelecimento destes órgãos é sustentado pela legislação dos Órgão Locais do Estado (LOLE), do Ambiente e de Florestas e Fauna Bravia e outras.

Segundo o Regulamento da Lei dos Órgãos Locais do Estado a participação das mulheres nestes órgãos não deve ser inferior a 30% (art. 117, no 3). Neste contexto significa que mesmo nos órgãos Locais do Estado a participação da mulher é fraca e necessita de ser melhorada.

Contudo, a participação das mulheres nos órgãos de consulta comunitária no âmbito da implementação da Lei dos órgãos Locais do Estado varia da seguinte forma: (i) os Conselhos Consultivos Distritais são compostos por 30-50 membros dos quais 25% são mulheres; (ii) os Conselhos Consultivos do Posto Administrativo são constituídos por 20-40 membros dos quais 30% são mulheres; (iii) os conselhos Locais e ou Fóruns Locais, são constituídos por 10 – 20 membros dos quais 24% são mulheres e finalmente (iv) a participação das mulheres nos órgãos de tomada de decisão e de direcção varia de 0-25% segundo informação colhida junto aos Governos Distritais e provedores dos serviços das áreas de implementação dos projectos da ITC.

Também a nível das comunidades funcionam outros OCBs tais como: os Comitês de Gestão da terra e de outros Recursos Naturais, Associações de camponeses e outros grupos comunitários que normalmente são constituídos por 9-30 membros e que a participação das mulheres é inferior a 22%

Por exemplo, na província de Manica, particularmente nos Distritos de Macossa, Tambara, Machaze, Mussorize e Gondola, a participação das mulheres nos comitês de gestão dos recursos naturais estabelecidos no âmbito da canalização dos 20% das taxas de exploração dos recursos florestais e faunístico de 5 a 21%, e de 3 a 11% nos cargos de direcção e de tomada de decisão, segundo o estudo de sistematização de experiências de MCRN na Província de Manica realizado pelo Governo com apoio da FAO em 2008.

Outros exemplo e referente aos Conselhos de Desenvolvimento Comunitário estabelecidos no Distrito de Meluco, Província de Cabo Delgado com o apoio da KULIMA onde a



participação das mulheres e inferior a 11%. Alguns membros desses conselhos são beneficiários dos projectos da ITC.

## **Anexo 2: Estrutura da iTC**

O presente trabalho sobre o Género e Diversidade enquadra-se nas actividades do iTC- (Iniciativas de Terras Comunitárias), e tem como finalidade desenhar linhas de orientação e intervenção estratégicas dos projectos de terras e de outros recursos naturais nas províncias de Gaza, Manica e Cabo Delgado tendo em conta a mulher como grupo alvo.

A iTC, Iniciativa para Terras Comunitárias é um projecto estabelecido em Moçambique por um grupo de doadores trabalhando em parceria com o Governo de Moçambique junto com representantes da Sociedade Civil e do Sector Privado com o fim de contribuir para o fortalecimento das capacidades de organização e de gestão das comunidades rurais em Moçambique através da promoção da delimitação das suas terras, utilização sustentável dos recursos naturais para benefício dos homens e das mulheres em parceria com outros actores

Os objectivos específicos da iTC focalizam a necessidade do maior envolvimento das comunidades na gestão de terras para promover o uso sustentável e racional dos recursos naturais; assegurar uma maior segurança e posse da terra e doutros recursos naturais pelas comunidades através de acções de desenvolvimento; tornar a terra num factor de desenvolvimento; e tornar as comunidades (homens e mulheres) num agente activo no processo de desenvolvimento.

O programa é de médio/longo prazo, mas na sua primeira fase, com duração de cinco anos (a partir de 2006) tem as suas actividades centradas em três províncias, Gaza, Manica e Cabo Delgado. Devido a ausência de uma estratégia de género desde do início do programa do iTC o presente trabalho tem como objectivo fundamental dar orientações básicas para a integração de género e biodiversidade nos projectos do iTC com vista a um maior impacto das intervenções para a mulher.

Neste sentido o presente trabalho consistiu num processo participativo de recolha de informação, reflexão sobre a implementação dos projectos de iTC pelos diferentes provedores de serviço e respectivos beneficiários e numa análise crítica dos resultados com vista a elaboração de recomendações sustentáveis e desenho de uma estratégia de género e biodiversidade para o projecto do iTC.

De acordo aos Termos de Referências, o presente trabalho tem como objectivos específicos:

1. Desenvolver um conhecimento alargado e aprofundado de género e diversidade no engajamento e participação das comunidades no apoio as actividades da iTC;
2. Aumentar a consciência sobre género e diversidade na iTC, nos provedores de serviços e nas organizações parceiras de implementação dos projectos;
3. Tornar as politica e os procedimentos da iTC mais sensíveis e receptivas aos aspectos de género e diversidade;
4. Identificar boas praticas e áreas/aspectos para melhorar nos programas e projectos comunitários em relação a género e diversidade; e

5. Estabelecer instrumentos, metodologias e indicadores sobre género e diversidade nos projectos da iTC.

As tabelas a seguir ilustram o ponto de situação da estrutura de funcionamento da iTC incluindo os órgãos de apoio. Realmente a participação das mulheres e fraca mesmo a este nível.

**Tab.2.Estrutura de funcionamento da iTC**

Província	iTC			
	Gestor Provincial		Oficiais de Campo	
	H	M	H	M
Gaza	1	0	1	0
Manica	1	0	1	0
Cabo Delgado	1	0		1

**Tab 3. Órgãos de apoio ao iTC (ETA e CPA)**

Província	ETA				CPA			
	Total	Mulher	Home m	Chefe da equipa	Total	Mulher	Homem	Presidente do Comité
Gaza	6 <sup>6</sup>	0	6	1 Homem	5	2	3	1 Mulher
Manica	6	1	5	1 Homem	5	1	4 <sup>7</sup>	1 Homem
Cabo Delgado	5	1	4	1 Homem	4	0	4	1 Homem

<sup>6</sup> Um membro foi transferido da provincial. Neste momento está se no processo de identificar a pessoa para a substituir.

<sup>7</sup> Inclui o membro da ETA que tem o papel de observador

### **Anexo 3: Termos de Referência sobre a Auditoria de Género**

Gender is a key cross-cutting theme that runs throughout all iTC project objectives and activities. As part of the iTC project, a national gender consultant will be recruited to conduct a gender audit with support from iTC, the Natural Resources Institute and partner institutions, with the aim to improve project implementation and facilitate sharing and lesson learning.

The objectives of the gender audit are as follows:

- Developing broader and deeper understanding of the gender dimension in community engagement and participation in ITC support activities;
- Awareness raising and discussion sessions with ITC, management structures, service providers and implementing partner organisations;
- Improve structures, systems, and culture in ITC grant making and project implementation and inform overall ITC policies and procedures;
- Identify good practice and areas for improvement within ITC grant programmes and individual community projects, and
- Development of tools, methods and indicators to mainstreaming gender in ITC project and programmes.

The ITC gender specialist and in - country gender consultant will jointly conduct a gender audit of the project's key implementing partner organisations (national, provincial and district structures), selected service providers and a sample of iTC projects. This will involve an analysis of community engagement, technical capacity, policies and practices from a gender and diversity<sup>8</sup> perspective, which will enable partner organisations to improve the gender and diversity sensitivity of their practices and structures.

### **Activities**

#### **1. Finalise tools of enquiry**

The ITC gender specialist will develop tools and checklists for the fieldwork. The gender consultant should review the checklists in the light of particular social and cultural factors in the different areas visited, and suggest any modifications that would enhance the discussion.

#### **2. Conduct a literature review**

Undertake a literature review of academic literature and government documents pertaining to gender and land issues and policies in Mozambique, particularly in the iTC areas of work. This should include a focus on gender roles and patterns of access to land and land tenure and gender disaggregated data.

The literature review will also cover iTC internal documents to understand how gender fits with overall iTC approach and methods.

---

<sup>8</sup> Diversity is included in the analysis to examine how gender interacts with other forms of difference, such as age, marital status, nationality, language group etc.

### 3. Carry out field studies in selected locations of iTC partners

Fieldwork is to be conducting using semi-structured question checklists for individual interviews and focus group discussions. The primary objective is to examine how equality, gender and diversity are addressed in different areas by iTC partners, examining areas such as:

- Gender approach, strategy and policies
- Participatory approaches
- Accountability, decision making and leadership
- Gender and diversity funding or budgeting
- Planning and project design
- Learning, training and capacity building
- Information dissemination
- Reporting, monitoring and evaluation

The fieldwork will consist of the following activities:

- Discussions with iTC management and staff, and national, provincial and district structures (NAC, CPA, ETA and DLGs). Focus on gender issues and how they are or could be addressed, especially at community level engagement.
- Discussions with service providers on how they address gender in their work with iTC, capacity to grasp and respond to gender issues (women and men) in communities and community the organisations that work with them.
- Discussions and participant observation of provincial and district community activities. Discussions will be held with community leaders and men and women separately.
- Opportunity for field assessment and community contact to gain a firsthand impression of gender issues, service provider performance and partners' understanding on gender issues.

The fieldwork will also include attending pre-established meetings to raise awareness of gender issues among service providers and iTC partners.

### 4. Data analysis

Comprehensive notes should be taken for each interview and focus group. This should record the statements of participants as closely as possible along with their name and gender. It is also important to capture specific language, actions and symbols during consultations as it can reveal ideologies/discourses about gender and diversity that shape organisational perceptions and activities. Notes should be typed and submitted within two weeks of completion of the field work. A short summary analysis should be included at the end of each partner consultation to aid in report writing.

### 5. Outputs

Working with the Natural Resources Institute and the in-country consultant will contribute to the following outputs:

- Interim report and presentation: including findings from the research to that point, possible way forward and implications for the MCA-iTC programme (approximately 5 pages). To be presented in the NAC meeting in November.

- Final report and presentation: including a literature summary, compilation of findings for each province and overall, case studies of good practice and recommendations in a final report (approximately 20 pages).
- Baseline data and gender indicators: for monitoring and evaluation.
- Practical tools: powerpoint presentation and possible learning tools, guidelines, templates etc).

6. **Timing** The gender audit consultancy will begin in September 2009 and produce an interim report with a summary of findings by the end of November for presentation at the ITC NAC meeting scheduled for 3 -4 December 2009. Subject to agreement with ITC a gender workshop / seminar will be held in January or February 2010. A final report including recommendations, gender baseline information and indicators, a note of the conclusion of the seminar and agreed working and learning tools will be produced in early 2010 by a date to be agreed with ITC, which will be before the end of February 2010 at the latest.

#### Anexo 4: Metodologia de trabalho

O presente trabalho teve a seguinte estrutura metodológica e consistiu nas seguintes fases distintas:

- Leitura bibliográfica sobre os documentos relevantes do projecto da iTC, provedores de serviço;
- Entrevistas e discussões com os diferentes actores (iTC, ETA, CPA, provedores de serviço, autoridades do Governo, comunidades e beneficiários)
- Apresentação dos resultados preliminares na reunião nacional de avaliação e
- Elaboração do relatório final

#### Visitas as áreas do projecto

Foram visitadas as três Províncias de intervenção da iTC, especificamente as Província de Gaza, Manica e Cabo Delgado. Na Província de Gaza foram visitados os Distritos de Guijá, Massingir e Manjacaze, na Província de Manica os Distritos de Sussundenga, Gondola, Bárue e Manica e na Província de Cabo Delgado os Distritos de Mecufi, Meluco e Moeda segundo ilustra a tabela a seguir.

**Tab 4. Resumo da estrutura da metodologia de trabalho**

Província	Entrevista com provedores de serviço	Discussões em grupos nas comunidades (homens e mulheres separadamente)	Entrevistas com iTC
<b>Gaza</b> <i>5 visitados</i>	ORAM, LUPA, PCIG, ACOSADE, AGRIPRINA	Nhantine-Guija Covane Lodge-Massingir Mobangoene-Guija Ngonzene/Macupulane- Manjacaze Bahule, Manjacaze	Gestor provincial e oficial de programa da iTC
<b>Manica</b> <i>6 visitados</i>	ORAM, IAC, ECO-MICAIA, SDAE, PAMBERE, AKSM	Pandagoma-Barue Darue-Sussundenga Mutomboumwe-Manica Nhauranga-Gondola	Gestores Nacional e Provincial da iTC, oficial de programa, ETA, CPA
<b>Cabo Delgado</b> <i>5 visitados</i>	ABIODES, Fórum Terra, Kulima, Sociedade Comercial Messalo, UNAC	Natuco-Mecufi Ravia-Meluco Chapa-Moeda	Gestor provincial e oficial de programa da iTC, ETA, CPA

O método participativo caracterizou todo o processo de trabalho e de recolha de informação. Também foi feita a observação directa no terreno de actividades, e resultados dos projectos.

**Tab 5. Pessoas contactadas**

GAZA	<p>Paulo Macoo, Gestor Provincial da iTC</p> <p>José Augusto Naene (iTC)</p> <p>Teresinha João Maebaze- Oficial de Programa (ORAM)</p> <p>Jorge Marcelino Manjante- Motivador (ORAM)</p> <p>Geraldo Palalane, Gestor do Projecto (LUPA)</p> <p>Salomão Valoy, Gestor de Covane Lodge na Comunidade de Canhane. Flavio Francisco Sibia, Chefe da Repartição de Plano e Desenvolvimento Local e facilitador do projecto ( PCIG)</p> <p>Domingos Lourino Celestino Chamane, Técnico de Extensão Rural, (DPA)</p> <p>Vasconcelo Massango, Técnico de Delimitação de Terras, (AGRIPINA)</p> <p>Onofre F.de Vaz Pinto, Técnico de Campo, (AGRIPINA)</p> <p>Bartolomeu Ernesto Langa, Presidente da Associação, (ACOSADE)</p> <p>Luís Raul Cossa, Director da Associação, (ACOSADE)</p>
MANICA	<p>Joaquim Langa, Gestor Nacional, (iTC)</p> <p>Sérgio Yé, Gestor Provincial, (iTC)</p> <p>José Monteiro, Oficial de Programa (iTC)</p> <p>Esídro Ratane, Paralegal da LDH (ETA)</p> <p>Manuel Passar, Secretário Executivo de Fórum Terra (ETA)</p> <p>Jorge Joaquim Lampião, Coordenador da OSEO, (CPA)</p> <p>Alzira Ezequiu, Paralegal da LDH (ETA)</p> <p>António Cònsul, Oficial de Programa (ORAM)</p> <p>Alberto António, Motivador, (ORAM)</p> <p>Marta Moisés, Motivadora (ORAM)</p> <p>Emídio Filipe Paulino, Coordenador (PAMBERE)</p> <p>João Malunguisse, Oficial de Campo, (PAMBERE e ECO-MICAIA)</p> <p>Manuel Dule João, Professor e coordenador do Projecto (IAC)</p>



	<p>Lourenço Madalena, Professor, Técnico Principal do Projecto (IAC)</p> <p>Pedro Magura, Professor, Técnico do Projecto (IAC)</p> <p>Zacarias Bango, Técnico da Extensão Rural (SDAE-Bárue)</p> <p>Paulo Jorge, Técnico dos SPGC e Ponto Focal de iTC (SDAE-Bárue)</p> <p>Arlindo Simbine-Secretário Permanente do Distrito de Bárue</p> <p>Maria Niquece, Administradora do Distrito de Sussundenga</p> <p>Domingos Neto, Coordenador, (AKSM)</p>
CABO DELGADO	<p>Ângelo Levi, Gestor Provincial (iTC)</p> <p>Zena Bilau, Oficial de Programa (iTC)</p> <p>Paulo Marques, Director (SCM)</p> <p>Claudio Afonso, Consultor do Projecto (ABIODES)</p> <p>Constantino Augusto, Oficial de Projecto (Fórum Terra)</p> <p>Armando Guaria, Motivador (Fórum Terra)</p> <p>Angelino Lidaboca, Secretário Permanente do Distrito de Mecufi</p> <p>Antunes Fernando Mualia, Técnico de projecto (UNAC)</p> <p>André dos Santos Muila, Secretário Permanente do Distrito de Meluco</p> <p>Roberto Camacho, Técnico da Extensão Rural (KULIMA)</p> <p>Justino Martins Ali, Técnico do projecto (KULIMA)</p> <p>Finalda João, Técnico do projecto (KULIMA)</p> <p>Xavier António Lucas, Coordenador da Sociedade Civil da Fundação Ada Khan (ETA)</p> <p>António Cheia Inglês, Coordenador da FOCADE (CPA)</p>

Fif1. Localização das áreas de intervenção da iTC.

## Anexo 5: Bibliografia

- Appraisal of the Potencial for a Community Land Registration, Negotiation and Planning Support Programme in Mozambique, DFID, 2003.
- ASDI (2007) “Para a Igualdade de Género em Moçambique – Um Perfil das Relações de Género”, Ed. Actualizada 2006
- André Calengo, Catarina Chidiamassamba e Rita Neves (2009). Direitos da Terra, da Água e Género. FAO, Moçambique
- André Calengo, Catarina Chidiamassamba (2009). Estudo sobre as delimitações de terras comunitárias nas Província de Gaza, Manica e Cabo Delgado. ITC
- Catarina Chidiamassamba (2008). Sistematização de experiências de Maneio Comunitário dos Recursos Naturais na província de Manica. Moçambique. (FAO);
- Catarina Chidiamassamba (2003). Análise de Estratégias de Integração do Género no Maneio Comunitário dos Recursos Naturais no âmbito do Projecto de Maneio Sustentável dos Recursos (PMSR). MINAG
- Manual do curso de delimitação de terras das comunidades. FAO – Moçambique.
- Comunidades e manejo dos recursos naturais.(1999). Memórias da I Conferência Nacional sobre o manejo comunitário dos recursos naturais. Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural. Maputo.
- Comunidades e manejo dos recursos naturais.(2001). Memórias da II Conferência Nacional sobre o manejo comunitário dos recursos naturais. Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural. Maputo
- Comunidades e manejo dos recursos naturais.(2004). Memórias da III Conferência Nacional sobre o manejo comunitário dos recursos naturais. Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural. Maputo
- Constituição da República de Moçambique de 2004;
- Estratégia e Plano de Acção de Género do Sector Agrário (2005) MINAG- Unidade de Género.
- Loforte, A (2003) Mulher, poder e tradição em Moçambique in “*Outras Vozes*”, n.º 5, Novembro de 2003.
- Lei de Terras (Lei n.º. 19/97, de 1 de Outubro);
- Lei do Ambiente (Lei n.º. 20/97, de 1 de Outubro);
- Lei de Florestas e Fauna Bravia (Lei n.º. 10/99, de 7 de Julho);
- Lei dos Órgãos Locais do Estado (Lei n.º. 8/ 2003, de 16 de Maio);
- Política Nacional de Terras (Resolução n.º. 10/95, de 17 de Outubro);
- Política Agrária (Resolução n.º. 11/95, de 31 de Outubro);
- Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (2006-2009).PARPA II. Versão final aprovada pelo Conselho de Ministros. Maputo.
- MINAG (2005) Estratégia de Género do sector agrário.
  
- Plano Nacional de Acção para o Avanço da Mulher, (2007), Moçambique
  
- Regulamento da Lei de Terras (Decreto n.º. 66/98, de 8 de Dezembro);
- Regulamento da Lei de Florestas e Fauna Bravia (Decreto n.º. 12/2002, de 6 de Junho);